



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Comitê Interno de Governança
CIGOV
ATA

1. **DADOS DA REUNIÃO**

Data: 10 de outubro de 2024.

Horário: 14h30min.

Local: Sala dos Conselhos - 5^o Andar - Esplanada dos Ministérios, Bloco E, S/N, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF.

Evento: 1^a reunião de 2024 - Ordinária - do Comitê Interno de Governança - CIGOV.

2. **PARTICIPANTES**

Membros do Comitê	
Participante	Cargo
Helder Melillo Lopes Cunha Silva	Secretário-Executivo
Denis Eduardo Andia	Secretário Nacional de Mobilidade Urbana
Leonardo Carneiro Monteiro Picciani	Secretário Nacional de Saneamento Ambiental
Alessandra D'Ávila Vieira	Secretária Nacional de Habitação - Substituta
Cristiana Scorza Guimaraens	Secretária Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - Substituta
Vitor Araripe Freire Pacheco	Secretário Nacional de Periferias - Substituto

Apoio Técnico ao Comitê	
Participante	Cargo
Fabiana Vieira Lima	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno
Fernanda Rodrigues de Moraes	Consultora Jurídica

Secretaria-Executiva do Comitê	
Participante	Cargo
Paula Coelho da Nóbrega	Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Informações
Márcio Leão Coelho	Coordenador-Geral de Governança e Estrutura
Rodrigo Adriano Machado Varela	Coordenador de Governança

Participantes Convidados		
Participante	Cargo	Órgão
Rodrigo Dalvi Santana	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração	Secretaria-Executiva
Marcos Daniel Souza dos Santos	Diretor do Departamento de Regulação da Mobilidade e Trânsito Urbano	Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana
Marcelo Barreto Martiniano	Chefe de Gabinete	Secretaria-Executiva
Bruno Tibúrcio Pereira da Silva	Coordenador-Geral de Planejamento e Informação Estratégica	Secretaria-Executiva

Marcell Alexandre de Oliveira Costa	Coordenador-Geral de Instrumentos de Financiamento	Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana
Ramson Araújo Góis	Assessor Técnico	Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana
Bárbara Lopes de Azevedo	Assessora Técnica	Secretaria Nacional de Periferias

3. PAUTA DA REUNIÃO

1. Deliberações

- I - Aprovação do Planejamento Estratégico Institucional (Cadeia de Valor, Missão, Visão, Valores e o Mapa Estratégico) (5288499); e
- II - Programa de Acompanhamento e Gestão de Obras do Ministério das Cidades - "Bota pra Andar PAC" (5353217)

2. Informes:

- I - Orçamento;
- II - Programa de Modernização da Governança;
- III - Fortalecimento da Força de Trabalho; e
- IV - Outros assuntos.

4. DISCUSSÃO

Apurado o *quorum* para o início, o Secretário-Executivo cumprimentou os presentes e iniciou a 1ª reunião de 2024 - Ordinária - do Comitê Interno de Governança (CIGOV) destacando a importância de estabelecer uma rotina de reuniões trimestrais para fortalecer a governança e permitir que os membros se conheçam melhor.

O Secretário-Executivo passou a palavra ao Coordenador-Geral de Planejamento e Informação Estratégica para iniciar a apresentação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2024-2027), que destacou os principais aspectos da sua elaboração e de seu monitoramento:

- I - Integração com Instrumentos de Planejamento: PEI 2024-2027 alinhado com o Plano Plurianual (PPA) e políticas setoriais;
- II - **Diagnóstico Situacional:** realização de diagnósticos internos e externos para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças;
- III - **Cadeia de Valor:** necessidade de definir uma cadeia de valor em atendimento à [Instrução Normativa SEGES/SEDGG/ME nº 24, de 2020](#), estruturados em macroprocessos finalísticos, de governança e de gestão;
- IV - **Missão e Visão:** definição da missão e visão norteadoras do Ministério, que sintetizam a razão de existência do órgão e a situação futura almejada;

- V - **Valores:** incorporados os [Valores do Serviço Público Federal](#) e incluídos os seguintes valores: compromisso com o cidadão, inovação, transparência e responsabilidade pública;
- VI - **Mapa Estratégico:** estruturação do mapa estratégico nas perspectivas Sociedade, Processos Internos e Governança e Gestão;
- VII - **Detalhamento dos Objetivos Estratégicos:** desdobramento em entregas, incluindo a definição de projetos e indicadores;
- VIII - **Implementação do Sistema de Monitoramento:** demonstração do Sistema de Monitoramento do PEI 2024-2027 (PlanCidades), mostrando como ele pode ser utilizado para monitorar projetos e facilitar a gestão estratégica, incluindo facilitar a elaboração de relatórios, sobretudo integrando com a Mensagem Presidencial, Prestação de Contas da Presidência da República e o Relatório de Gestão; e
- IX - **Monitoramento e Avaliação:** monitoramento trimestral do planejamento estratégico com avaliação do CIGOV e a integração das informações estratégicas do Ministério.

Encerrada a apresentação, o Secretário-Executivo enfatizou que o PEI 2024-2027 deve ser tratado como um instrumento útil para a gestão e não apenas como um documento formal, reforçando ainda que o momento de revisão pode abrir oportunidade para se ter uma visão de futuro mais arrojada. A Secretária Nacional de Habitação - Substituta mencionou a necessidade de priorização do PlanCidades, já que o antigo sistema utilizado no Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) permitia que as informações apresentadas em diversos documentos elaborados estivessem em perfeita harmonia. O Secretário Nacional de Mobilidade Urbana reforçou a necessidade de todos serem perseverantes no processo de gestão da estratégia para buscar o seu aprimoramento. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental enfatizou que o sucesso do planejamento estratégico é fruto da constância e do comprometimento de toda a equipe do Ministério. A Secretária Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - Substituta recordou a grande experiência do sistema de planejamento no MDR, que a ferramenta foi grande facilitadora para o processo de monitoramento. O Secretário Nacional de Periferias - Substituto destacou a importância da sistematização de informações para apoiar o trabalho das secretarias finalísticas e melhorar a qualidade da gestão, além da importância das reuniões do CIGOV para compartilhar as experiências e desenvolver os trabalhos da melhor forma.

Finalizada a discussão, o Secretário-Executivo iniciou a votação pela aprovação do PEI 2024-2027, que foi **aprovado por unanimidade dos membros presentes**.

Após finalizado o primeiro item de pauta, o Secretário-Executivo passou a palavra ao Coordenador-Geral de Governança e Estrutura para apresentação do Programa de Acompanhamento e Gestão de Obras do Ministério das Cidades - "Bota pra Andar PAC", que destacou os seus principais aspectos:

- a) **Institucionalização:** proposta de institucionalização do programa para formalizar o acompanhamento e gestão de obras;
- b) **Objetivos e Diretrizes:** portaria do Ministro para definição de objetivos, diretrizes, plano de ação e metodologias de implementação e monitoramento; e
- c) **Acompanhamento de Obras:** foco na melhoria da taxa de conclusão de obras, especialmente as vinculadas ao Novo PAC e Minha Casa Minha Vida, com diagnóstico da carteira de investimentos e soluções de acordo com possíveis problemas.

Encerrada a apresentação, o Secretário-Executivo ressaltou que a intenção da proposta é institucionalizar o esforço que já vem sendo realizado no âmbito do Ministério das Cidades para melhorar a performance da sua carteira de investimentos. A Secretária Nacional de Habitação - Substituta relatou que essa iniciativa promove um momento importante de mobilização das instituições envolvidas para construção dos acordos técnicos, facilitando a resolução de problemas e a conclusão de obras. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental salienta que, além da normatização, é preciso

aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos de gerenciamento e monitoramento. A Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Informações ressaltou que tem sido feita interlocução junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para aprimorar as informações relativas ao acompanhamento das obras. O Secretário-Executivo sugeriu o encaminhamento para as áreas finalísticas do trabalho que tem sido feito para sugestões. O Secretário Nacional de Mobilidade Urbana ressaltou que a iniciativa em discussão é muito necessária para não haver obra paralisada e desperdício de recursos. O Secretário Nacional de Periferias - Substituto relatou a experiência da Caravana das Periferias, em que a presença do Secretário Nacional nas reuniões com prefeitos e outros secretários de governo fazia diferença para resolver os empecilhos na execução de contratos ou ao menos para tomar decisão em relação a uma eventual resolução de contrato.

Finalizada a discussão, o Secretário-Executivo iniciou a votação pela aprovação da institucionalização do Programa de Acompanhamento e Gestão de Obras do Ministério das Cidades - "Bota pra Andar", que foi **aprovado por unanimidade dos membros presentes**.

Encerrada a pauta para deliberação, passou-se para os informes:

Orçamento: Foi destacada a boa execução orçamentária ao longo do ano, apesar dos contingenciamentos. A performance do Ministério ajudou a liberar recursos que haviam sido contingenciados. O Secretário-Executivo ressaltou que, embora o contingenciamento tenha sido significativo, poderia ter sido muito pior sem a boa execução orçamentária.

Programa de Modernização da Governança: No levantamento iESGo 2024 – Índice ESG (*Environmental, Social and Governance* - em inglês: Ambiente, Social e Governança) feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério das Cidades ficou abaixo da média em várias áreas, como gestão de pessoas, contratos, orçamento, tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental e social. Isso evidenciou a necessidade de um plano de fortalecimento e modernização da governança para melhorar esses indicadores. O programa visa estruturar diretrizes, objetivos e medidas institucionais voltadas para a modernização da governança, com foco na melhoria dos resultados. As ações planejadas incluem implementação de ações que podem ser realizadas rapidamente para obter melhorias imediatas, além do desenvolvimento de ações mais complexas que exigem um período maior para serem implementadas, com um horizonte de até dois anos. O progresso do programa será monitorado regularmente, e os resultados serão avaliados para garantir que as metas estão sendo atingidas. A ideia é que o programa de modernização da governança seja uma ferramenta dinâmica, ajustada conforme necessário para responder às mudanças e desafios. Com a implementação do programa, espera-se uma melhoria significativa nos indicadores, refletindo uma governança mais robusta e eficiente. Isso contribuirá para uma maior transparência, eficiência e eficácia nas operações do Ministério das Cidades.

Fortalecimento da Força de Trabalho: O Ministério das Cidades enfrenta desafios significativos devido à falta de pessoal. Atualmente, o Ministério possui menos da metade dos servidores que tinha em 2010, mesmo com um aumento substancial nas responsabilidades e na complexidade das tarefas. Assim, a avaliação é de que o Ministério das Cidades possui um quantitativo de equipe insuficiente para lidar com o volume e a complexidade dos contratos e projetos sob sua responsabilidade. Neste sentido, o Secretário-Executivo mencionou que foram feitas reuniões com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para solicitar um reforço de pontos para a estrutura regimental do órgão. A justificativa apresentada incluiu a necessidade de pessoal para novos programas e demandas, bem como para fortalecer áreas já existentes.

Outros assuntos:

Nova Sede: Foi selecionado um novo prédio para a sede do Ministério das Cidades. O processo de mudança está em andamento, com esforços intensivos para estabelecer todos os contratos necessários, incluindo rede, impressoras e outros serviços essenciais. A nova sede visa proporcionar um ambiente de trabalho mais adequado e eficiente para os servidores.

Tecnologia da Informação: A equipe de TI, atualmente muito reduzida, está sendo reforçada. Foram adquiridos novos computadores para todos os servidores, embora a distribuição ainda esteja em andamento devido à falta de pessoal suficiente para realizar essa tarefa rapidamente. A melhoria da infraestrutura de TI é crucial para suportar as operações do Ministério de forma eficiente.

Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas: Um novo plano de adaptação às mudanças climáticas está sendo finalizado e será enviado aos secretários para contribuições ao longo dos próximos três meses. Este plano visa preparar o Ministério e suas políticas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Estratégia Brasil 2050: O Ministério do Planejamento e Orçamento está elaborando a Estratégia Brasil 2050, que exigirá a definição de metas e ações de longo prazo para cada secretaria. A demanda está em estruturação no âmbito do ministério para envio às secretarias, com um primeiro texto esperado até o final de outubro. Este plano visa estabelecer um horizonte de planejamento mais longo, alinhando as ações do Ministério com os objetivos nacionais de longo prazo.

5. DELIBERAÇÕES

- I - Aprovar o Planejamento Estratégico Institucional 2024-2027 (aprovado por unanimidade dos integrantes presentes).
- II - Aprovar a instituição do Programa de Acompanhamento e Gestão de Obras do Ministério das Cidades - "Bota pra Andar" (aprovado por unanimidade dos integrantes presentes).

6. ENCAMINHAMENTOS

- I - A Secretaria do Comitê Interno de Governança preparará a presente ata, a ser assinada pelos membros deliberativos, além das Resoluções do CIGOV com as deliberações para assinatura do Coordenador do Comitê.
- II - O Departamento de Gestão Estratégica e Informações encaminhará para avaliação das Secretarias Nacionais os resultados dos trabalhos feitos junto à CEF para melhoria da base de dados da carteira de empreendimentos do Ministério das Cidades.

80000.009653/2023-98

4659976v1



Documento assinado eletronicamente por **Paula Coelho da Nóbrega, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Informações**, em 14/11/2024, às 18:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Scorza Guimaraens, Secretário(a) Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, Substituto(a)**, em 21/11/2024, às 16:17, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Denis Eduardo Andia, Secretário Nacional de Mobilidade Urbana**, em 22/11/2024, às 19:43, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Araripe Freire Pacheco, Secretário Nacional de Periferias Substituto**, em 25/11/2024, às 10:48, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental**, em 02/12/2024, às 10:35, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra D'avila Vieira, Secretária Nacional de Habitação - Substituta**, em 02/12/2024, às 12:05, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5376995** e o código CRC **B3F8C664**.
